

AS PROPOSTAS EDUCACIONAS DE RUI BARBOSA NA PLATAFORMA POLÍTICA DE 1910ⁱ.

Débora Boaventura Sá Bevilaqua (SEED)
Maria Cristina Gomes Machado (UEM)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o discurso de Rui Barbosa (1849 – 1923) intitulado “Plataforma”, proferido durante sua “Campanha Civilista” contra o candidato que saiu vitorioso Hermes da Fonseca em 1910, destacando as propostas educacionais apresentadas. Assim, procurou-se compreender as principais questões discutidas pelo autor com a sociedade brasileira e, principalmente, suas idéias sobre a necessidade de criar a escola pública, gratuita, obrigatória e laica no país como um todo. Para a análise partiu-se do pressuposto de que as idéias de Rui Barbosa expressavam as necessidades da sociedade daquele período.

Palavras-chave: *História da Educação; Pensamento Pedagógico de Rui Barbosa; Campanha Civilista.*

THE EDUCATIONAL SUGGESTIONS OF RUI BARBOSA IN THE POLITICAL PLATFORM OF 1910

ABSTRACT: This work has as objective to analyze the speech of Rui Barbosa (1849-1923) entitled “Platform”, which was uttered during his “Civilian Campaign” against the candidate who was victorious, Hermes da Fonseca, in 1910, emphasizing the presented educational suggestions. Thus, we tried to understand the main questions discussed by the author with the Brazilian society and, mostly, his ideas about the necessity of creating the public school, free, obligatory and laical in the country as all. To the analysis we started from the presupposition that the ideas of Rui Barbosa had expressed the needs of the society of that period.

Key-words: *History of Education; Pedagogical Thought of Rui Barbosa; Civilian Campaign.*

Este trabalho tem como objetivo analisar o discurso de Rui Barbosa (1849 – 1923) intitulado “Plataforma”, proferido durante sua “Campanha Civilista” contra o candidato que saiu vitorioso Hermes da Fonseca em 1910, destacando as propostas educacionais apresentadas. Assim, procurou-se compreender as principais questões discutidas pelo autor com a sociedade brasileira e, principalmente, suas idéias sobre a necessidade de criar a escola pública, gratuita, obrigatória e laica no país como um todo.

Para a análise partiu-se do pressuposto de que as idéias de Rui Barbosa expressavam as necessidades da sociedade daquele período. Considera-se que a história da educação não tem vida própria fora da história dos homens, e isto incentiva a voltar ao passado para reviver debates que resultam em enfrentamento das causas fundamentais para a transformação da sociedade. O fenômeno educativo, no processo das lutas humanas, tem seus protagonistas, dentre os quais escolhemos Rui Barbosa como apontado anteriormente. Assim, é da ótica e do pensamento deste importante homem que se quer conhecer um pouco mais sobre a educação e sobre as mudanças que estavam acontecendo na sociedade brasileira no início do século XX.

Para tanto, divide-se o texto em três partes. Na primeira parte organizou-se uma biografia do autor desde o seu nascimento até a sua morte, enfatizando a defesa que sempre fez da democracia e da modernização da sociedade brasileira. Na segunda parte procurou-se analisar o discurso “Plataforma” lido no teatro baiano, em 15 de janeiro de 1910, onde o autor apresenta questões ligadas a sua vida, ao militarismo, às oligarquias, à justiça, ao Código Civil, ao Estado, à imigração, ao Exército e, em especial à Marinha. Nele, Rui Barbosa apresentou ainda os rumos a serem seguidos pela educação pública, como a formação para o trabalho e para a cidadania, sendo estes os principais objetivos a serem atingidos. Esta questão foi objeto de estudo da terceira parte. Através do voto, da conscientização e da preparação para o trabalho o homem conseguiria participar mais ativamente das mudanças necessárias no seu país. Entretanto, é importante enfatizar que as modificações propostas não passaram do discurso, pois não era objetivo de Rui Barbosa provocar mudanças efetivas que pudessem romper com o capitalismo. Considera-se que as questões abordadas são de fundamental importância para que se possa ampliar as fontes da História da Educação referentes ao início do século XX.

1 - A biografia do candidato civilista: Rui Barbosa

A vida de Rui Barbosa abrange um período riquíssimo da nossa história. Nascido em 1849, mal começara o Segundo Reinado, e morto em 1923, pouco antes do fim da Primeira República, ao longo de sua vida se registraram episódios, tanto internos quanto internacionais, dos quais participou ativamente. Viana Filho (1960) enfatizou a influência da figura de João José Barbosa de Oliveira, médico de idéias liberais, que vai se destacar mais na política por sua dedicação e paixão pela questão pública. Numa dessas revoltas ocorridas no período regencial (1831 – 1840), temos o nome de João Barbosa citado como um dos mentores intelectuais da Sabinada que ocorreu na Bahia entre 1837 e 1838ⁱⁱ. Esta experiência política na Sabinada e sua prisão marcaram definitivamente o espírito revoltado do estudante João Barbosa, como comenta D’ Amaral (2001). Foi através da leitura de autores liberais que a paixão pela política nunca mais o abandonou, passando este gosto ao seu filho Rui Barbosa, que nasceu em Salvador – Bahia em 5 de novembro de 1849, como apontado anteriormente, nove anos após o início do Segundo Reinado.

Ele foi criado sob fortes convicções monarquistas, herdadas de seu pai, e se desenvolveu dentro de uma série de dificuldades encontradas no início de sua infânciaⁱⁱⁱ. Em 1861, com 12 anos Rui Barbosa ingressou no Ginásio Baiano, famoso colégio particular de Abílio César Borges, no curso de Humanidades. Dr. Abílio era considerado o maior educador baiano, e tornou-se conhecido por suas reformas na arte de educar. Abolira o castigo corporal proibindo os professores de baterem nos alunos, pois não acreditava nas virtudes da palmatória para corrigi-los.

Em 1864, Rui Barbosa terminou seu curso ginasial e matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1866. Lacombe (1984) conta que as faculdades de direito recebiam muitos alunos de diversos cursos, conhecidos atualmente como de política, sociologia, letras, história, geografia, economia, administração e diplomacia. Sua vida acadêmica foi também uma formação para a vida pública.

A experiência acadêmica foi muito importante para a vida pública de Rui Barbosa. Jornais estudantis, como a “Tribuna Acadêmica”, e jornais não acadêmicos, como “O Ipiranga” e o “Radical Paulistano”, foram importantes para iniciá-lo no jornalismo, onde teria a oportunidade de expor seus ideais de liberdade, republicanos e abolicionistas.

Durante o Segundo Reinado podemos dizer que, a partir de 1870, entrava-se na chamada fase da crise da Monarquia, quando várias questões se colocavam para discussão, como: abolição, eleição direta e mudança do regime político. Dentro deste clima de crise fica claro que a política neutralizadora adotada por D. Pedro II, conciliando os grupos oligárquicos, não impediu que as diferenças e interesses conflitantes emergissem novamente, em meio às grandes transformações socioeconômicas do período, provocando a adoção de posições políticas diversas pelas elites imperiais e o conseqüente enfraquecimento da própria Monarquia.

Rui Barbosa começou a perceber que a Bahia se tornava pequena para a vida pública que tanto almejava. A solução encontrada foi seguir para Corte, no Rio de Janeiro. Em 1877 foi publicada a tradução de Rui Barbosa, com prefácio do tradutor, do livro “O Papa e o Concílio”. Em 1877 Rui Barbosa retornou à Bahia, juntamente com sua esposa Maria Augusta. Em 1878 elegeu-se deputado à Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, cargo que trouxe grandes contribuições a vida pública do autor. Em 1879 elegeu-se deputado Geral, envolveu-se na Reforma Eleitoral, no projeto de Abolição do Sexagenário e no projeto de reforma da educação brasileira.

Com a Proclamação da República, em 1889, ele foi nomeado como Ministro da Fazenda. Rui Barbosa estava disposto a tomar medidas para promover o progresso industrial do país. O apoio do governo republicano representou o primeiro momento na história do Brasil em que o Estado decidia-se a favor de uma proposta industrialista. Entretanto, esta proposta se deparava com grandes obstáculos ao desenvolvimento industrial, entre os quais pode-se citar a falta de recursos a serem aplicados na indústria, a expansão do trabalho assalariado após a libertação dos escravos e a entrada maciça de imigrantes no país. Estes obstáculos seriam superados na opinião de Rui Barbosa, através de medidas que aumentassem a emissão de papel-moeda, o que facilitaria o crédito no mercado financeiro, e concedendo-se a alguns bancos privados o direito de emitir moedas. Criaram-se também leis para facilitar o estabelecimento de sociedades anônimas, isto é, empresas de capital aberto com ações negociadas na bolsa de valores (MANGABEIRA, 1960).

Criou-se um novo regime de taxas alfandegárias, com o objetivo de dificultar a entrada de produtos estrangeiros, protegendo-se assim a suposta nascente indústria brasileira. Contudo, os planos de Rui Barbosa não se concretizaram, e o resultado foi uma grande especulação, que provocou um violento processo inflacionário, conhecido como encilhamento, marcado pelo aumento da instabilidade no mercado financeiro.

A nossa primeira constituição republicana foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Continha como principais características a instauração de uma República federativa, com a divisão dos três poderes e o estabelecimento do voto universal masculino, não secreto. Mesmo depois de aprovada a nova Constituição a situação do país continuava tensa, principalmente quanto ao autoritarismo de Deodoro da Fonseca imposto ao poder legislativo. A situação agravou-se mais em agosto de 1891, quando se decretou o estado de sítio em 3 de novembro. Pressionado pelo Congresso Deodoro renunciou, juntamente com todo o seu gabinete que também renunciou. Rui Barbosa se afastou da política por nove meses e passou a dedicar-se à família e à advocacia. Ele voltou à política em agosto de 1892, ao tomar posse como Senador pela Bahia, atacando ferozmente o governo de Floriano Peixoto. Permaneceu em seu posto até 1893, quando foi exilado do país.

Assim, em 18 de junho de 1895 ele volta ao Brasil. Novamente na ativa, Rui Barbosa foi reeleito Senador pela Bahia, contra o desejo de Prudente de Moraes. Em 1898 foi eleito Campos Sales como presidente do Brasil. Este governa até 1902, dando continuidade ao seu antecessor e, favorecendo as oligarquias rurais cafeeiras. Rui Barbosa, lançou o Jornal “A Imprensa”.

Continuou com afinco em suas atividades no Senado, tanto que em 1902 apresentou ao Senado o parecer sobre a redação do projeto de Código Civil (D' AMARAL, 2001, p. 177).

Em 1907, Rui Barbosa foi convidado para representar o país na Holanda, em Haia, no evento conhecido como Conferência de Haia. Hesitou em aceitar essa missão importante, na qual representaria o Brasil em uma assembléia diplomática, mas ao aceitá-la se dedicou com afinco, afundou-se em sua biblioteca e preparou-se metodicamente para os debates. Assim, tornou-se o representante escolhido para representar o Brasil na Conferência de Haia. Esta conferência tentara limitar o armamento e resolver as questões pela diplomacia. Um dos resultados foi a criação da corte permanente de arbitramento, que as nações em conflito podiam convocar quando necessário. Mas mesmo assim a guerra não deixaria de eclodir. A participação de Rui Barbosa na conferência foi espetacular, rendendo reconhecimento por parte de grandes intelectuais e nomes políticos da época. Ele soube conquistar seu espaço e reconhecimento ao Brasil. Rui Barbosa foi reconhecido com o título a “Águia de Haia”, por ter sido um representante que deu maior relevo ao seu nome e ao país.

Foi apontado como candidato, na sucessão presidencial de 1909, o nome de Rui Barbosa, que teria como a arma a oratória, numa guerra de programas, em que poderia empolgar a nação pela força da palavra e do exemplo. Surgiu também o nome do Marechal Hermes da Fonseca, um comandante da Vila Militar, então Ministro da Guerra, cargo que conquistara pelos serviços prestados à nação. Este era considerado eficiente, devido a sua atuação ao reprimir um movimento que se colocava contra a lei, o qual instituía a vacinação obrigatória. Rui Barbosa se colocaria contra essa ação do governo, pois acreditava ferir a liberdade individual. Ambos foram postos para avaliação para a sucessão presidencial. Pinheiro Machado articulou e manipulou de forma a apontar Hermes como candidato ideal. Assim, essa candidatura de Rui Barbosa iniciou um movimento que ficou denominado de “Campanha Civilista”. Apesar da campanha Hermes saiu-se vitorioso. Apesar das denúncias de corrupção, Hermes da Fonseca assumiu a presidência em 15/11/1910 e Rui Barbosa ficou na oposição.

Rui Barbosa candidatou-se novamente em 1919. Novamente ele abordou numa plataforma política posições doutrinárias em face da questão social. Mesmo sem apoio de uma situação estadual, sem uma campanha intensa. Lacombe (1984), registrou as palavras de João Mangabeira, companheiro de Rui Barbosa, ao comentar que o candidato conseguiu uma votação considerável. Vencera principalmente nas grandes cidades, nos centros intelectuais, onde tinha um eleitorado categorizado. Foi derrotado pelo eleitorado do interior, conduzido pelos coronéis aos currais eleitorais, é preciso destacar que o voto era aberto. Em 13 de abril de 1919 sai o resultado das eleições e Epitácio Pessoa venceu, mas Rui Barbosa não se sentiu derrotado, pois obtivera uma grande votação. Ao ser convidado para paraninfo em 1920, numa homenagem aos 50 anos de sua formatura na Faculdade de São Paulo, ele precisou recusar, devido ao seu estado de saúde, que não lhe permitia viajar. Entretanto, redigiu a sua imortal oração que foi lida pelo professor Reinaldo Porchat em 29 de março de 1921. Segundo Mangabeira (1960) esta foi uma oração maravilhosa, que produziu no país a mais viva comoção ficando conhecido como “oração aos moços”. Rui Barbosa passou mal em 1923. Dr. Correia Lemos, que o atendeu diagnosticou paralisia bulbar, não havendo mais nada que se pudesse fazer. Veio a falecer no dia primeiro de março desse mesmo ano. Foi velado no saguão da Biblioteca Nacional, onde recebeu honras de chefe de Estado.

2- Rui Barbosa em Campanha: O discurso Civilista de 1910

Para compreender-se um pouco mais o pensamento de Rui Barbosa faz-se necessário analisar os seus discursos. Em um destes, apresentado como “Plataforma” expôs uma tendência neocolonialista partidária do civismo, que deveria envolver toda a sociedade. Para isto Rui Barbosa, em agosto de 1909, apresentou-se como candidato à presidência em oposição a Hermes da Fonseca – candidato do governo. Nessa campanha presidencial procurou apresentar seu programa de governo, que ficou conhecido como “Campanha Civilista”, dada a importância que Rui Barbosa atribuía à luta contra o militarismo. Tendo em vista, a realidade característica da sociedade brasileira, onde o voto “de cabresto” e o mandonismo local eram predominantes, Rui Barbosa propunha algo novo: uma campanha feita a partir de comícios em praças públicas ou recintos fechados, a fim de demonstrar suas idéias.

Sua candidatura iniciou-se em agosto de 1909, finalizando-se com as eleições realizadas em março de 1910. Durante esse período, Rui Barbosa escolheu o Teatro Politeama, na Bahia, no dia 15 de janeiro de 1910, para apresentar seu programa de governo, ocasião em que enalteceu o povo baiano. Pré-anunciou que seu discurso seria um documento árido e longo, porém importante. Por isso enalteceu a serenidade, reflexão e análise dessa plataforma presidencial, provocando aplausos na platéia ao citar: “Nesta cidade as massas têm, por instinto, o sentimento das grandes questões nacionais. [...] Cada homem do povo, nesta terra, como que traz no seio alguma coisa, uma intuição, um rudimento um traço das qualidades do homem de Estado”. (BARBOSA, 1967, p.11-12).

O programa de governo apresentado por Rui Barbosa nada mais era do que aquilo em que o autor acreditou e por que lutou a sua vida inteira. Ele apresentou suas idéias e propostas num país essencialmente agrário. Para romper com este quadro, procurava superá-lo de forma lenta, mas progressiva, propondo o desenvolvimento, respeitando o direito e a liberdade de todos. Apresentou suas propostas aos mais diversos setores da sociedade, citando exemplos de outros países mais avançados que poderiam ser tomados como base. Alertou também o povo brasileiro quanto ao perigo de uma infiltração militar, que nos chegava sem perceber, e comparou o terror militar com um soldado à paisana que se infiltrava no seio da nação. Foi contra este militarismo renascente que Rui Barbosa aceitou a indicação de seu nome e assumiu uma candidatura antimilitar, evocando o caráter civilista desta campanha. Por isso, denunciava os “arranjos” do Estado que manipulavam a ordem social, realizando invasão militar durante as eleições estaduais e ameaçando depor o presidente, como fora o caso do estado do Rio de Janeiro, dizendo:

São cambalachos, em que o militarismo, já sem cerimônias, governando o presidente atual, dele recebe a presidência futura, a troco de sustentar o seu desmoralizado instrumento em atentados monstruosos como a invasão militar do Estado vizinho, durante as eleições estaduais a exautoração do Conselho Municipal na metrópole brasileira, sob o mais falso, o mais absurdo, o mais ridículo dos pretextos, e a ameaça insolente da deposição do presidente do Estado do Rio de Janeiro (BARBOSA, 1967, p. 21).

Alertava quanto à desordem civil que assolava o país, demonstrando que o povo estava concedendo a estes administradores uma procuração para que fizessem o que bem entendessem, daí a urgência da mudança. O governo se apoderou de uma nação, segundo Rui Barbosa, “[...] desarmada, e já não podia contar senão consigo; porque o governo se acamaradou com a indisciplina [...]” (BARBOSA, 1967, p.22). Para vencer esta crise, o candidato convocou o povo brasileiro a participar, desejando que suas idéias chegassem a todos os homens, mulheres e

crianças, bem como aos idosos, penetrando na alma do povo brasileiro. Acreditava que através destes ideais a nação brasileira pudesse perceber sua importância na luta por um país democrático.

Em busca de seus ideais, Rui Barbosa apresentou suas propostas. O seu discurso intitulado "Plataforma" é dividido em vários tópicos. Para facilitar a exposição das idéias desse autor dividiu-se nos seguintes temas:

- A Legislação brasileira;
- A Segurança nacional;
- A questão financeira;
- As questões sociais.

A questão da instrução pública será apresentada em separado. Iniciar-se-á a seguir apresentando as idéias acerca da legislação nacional, à qual Rui Barbosa creditou funções importantíssimas quanto à organização da sociedade, ao discursar sobre a plataforma de governo.

2.1. A legislação brasileira

Rui Barbosa se preocupou em comprometer-se com o povo brasileiro, assumindo algumas posturas que considerava essenciais. O que jamais faria se fosse eleito: compactuar-se com a corrupção instalada no Brasil, pois acreditava numa legislação justa e consciente. Rui Barbosa acreditava muito mais em mudanças na postura de governar do que propriamente em reformas, que acabavam contaminadas por vícios anteriores. Rui Barbosa já dissera em 1896: "[...] creio na lei, a primeira das suas necessidades" (BARBOSA, 1910, p.17); por isso procurou discutir primeiramente a política que vinha sendo praticada: do ódio à justiça. Esta política, segundo ele, estava impregnando nosso país das ações corruptas daqueles que deveriam oferecer a ordem, o direito e a justiça. Alertava para as ações corruptas do governo, que se utilizava dos tribunais e da justiça para, através da lei corrompida, aliciar votos. Para o autor, o Estado deveria servir à nação como modelo e exemplo.

Rui Barbosa, este grande intelectual do seu tempo, não poderia analisar a Constituição dos Estados Unidos por ela mesma, mas faz um recorte, mostrando a importância que seu povo teve na História. Um povo, segundo ele, de História viva, que, alimentando suas tradições, costumes e, acima de tudo, a consciência do sangue de sua raça, ajudou a elaborar a Constituição daquele país. Rui Barbosa entendia a importância fundamental do povo neste processo de transição e conclamava-o para uma aliança de todas as correntes num sentimento nacional contra a candidatura militar.

Lembrou-se da importância do voto dentro deste processo, visto que enfatizou o valor do sufrágio universal. Para ele, o voto serviria como uma arma contra o mandonismo reinante no nosso país. Acreditava na importância de uma educação que orientasse o eleitor, preocupação a ser discutida na Instrução Pública. Apostava no sufrágio universal e em sua manutenção como direito de todos. Afirmou: "Mas do sufrágio universal, nos nossos tempos, se me afigura impossível retroceder. No que se deve cuidar, portanto, é em educá-lo e corrigi-lo" (BARBOSA, 1967, p.35).

Dentre as reformas necessárias na legislação, Rui Barbosa não poderia deixar de tratar da reforma eleitoral, considerando-a uma das maiores aspirações democráticas, quando levada a sério. Uma de suas primeiras condições seria assegurar a todos o direito de votar. Conforme a

constituição de 1891, o direito ao voto fora garantido aos brasileiros maiores de 21 anos, excetuando-se analfabetos, mendigos, soldados e religiosos sujeitos às obediências eclesiásticas. As mulheres também não tinham direito ao voto. O voto era aberto, isto é, o eleitor era obrigado a revelar publicamente o candidato em que votava, o que possibilitava aos grandes fazendeiros pressionar os eleitores na hora da votação. Com base nesta Constituição, Rui Barbosa sugeriu mudanças, propondo que aos 21 anos fosse tirado o título de eleitor, que seria expedido pelo juiz ante a apresentação de um documento pessoal e a prova de saber ler e escrever.

Quanto à determinação da Constituição de 1891 de que o voto seria aberto, fazia-se necessário e urgente que se fizessem mudanças, com a introdução do sigilo do voto, que era ponto essencial e absoluto para Rui Barbosa, porque poderia levar à moralização eleitoral em nosso país. Eram comuns, segundo Barbosa (1981), as fraudes nas eleições nas assinaturas das atas, realizadas das mais diversas formas: ora com suavidade, ora com força e bico virado, tremido, grosso, enfim, sempre de diferentes modos de escrita nas diversas falsificações de assinatura. Isto sem contar que aqueles que não votassem no candidato indicado sofreriam as mais diversas pressões e até a morte. (BARBOSA, 1981, p.13).

Ao propor uma moralização eleitoral, Rui Barbosa afirmou que a publicidade era a servidão do votante. Desta forma, lutava pela sua independência, que seria adquirida com sigilo do voto. Outra condição estava na abolição do voto cumulativo, propondo o princípio da proporcionalidade, que, segundo ele, poderia garantir direito das minorias nas eleições. Foram estas as preocupações do autor acerca da legislação que Rui Barbosa procurou apresentar em seu programa, mas não se esqueceu também de tratar da segurança do país, por isso lembrava a importância do Exército e da Marinha.

2.2. A Segurança Nacional

Rui Barbosa iniciou seu discurso se defendendo das acusações que afirmavam ser ele inimigo das classes militares. Luiz Viana Filho nos lembra que estas acusações sempre o magoavam e que, por repetidas vezes, ele teve de se justificar, defendendo o militar e combatendo o militarismo. O militarismo era o soldado reinando. (BARBOSA 1909, apud VIANA FILHO, 1977, p. 29).

Procurou tratar com bastante seriedade e respeito os policiais, lembrando-se da Proclamação da República, na qual ele foi considerado um defensor e o patrono espontâneo em defesa dos direitos militares. Ali Rui Barbosa justificou que as classes militares inspiravam um sentimento patriótico, mas denunciava a organização vigente no Exército que proporcionava um aumento de despesas nos quadros de funcionários do quartel, e, principalmente, denunciava a ineficácia militar.

Rui Barbosa apresentou como saída para estes problemas a instrução e disciplina, necessárias aos oficiais e soldados. Lembrou um comandante francês chamado Balagny, que já dizia aos seus oficiais que a instrução era o instrumento de transformação. Baseando-se nessa experiência, o autor criticou a ausência de escolas nos quartéis e apresentou a instrução também como forma de disciplina e treino. Cita a polícia de São Paulo “[...] a única organização verdadeiramente militar, entre nós existente. O acesso é subordinado, ali, a cultura, à graduação intelectual” (BARBOSA, 1967, p.95), caracterizando um exército moderno. Para Rui Barbosa, estes fundamentos eram os que viriam fortalecer a disciplina, tão necessária à nossa integridade e honra. Ele não poderia esquecer-se de tratar dos planos materiais para o país, por isso foi preciso abordar as questões financeiras.

2.3. A questão financeira

Rui Barbosa apresentou sua preocupação e considerou muito mais importante a estabilidade econômica que futuras inovações e debates em torno do meio circulante e do câmbio. Comprometeu-se a realizar uma prudente administração financeira, através da observação e respeito aos compromissos assumidos e da observância das normas já traçadas. Rui Barbosa acreditava no crescimento e investimento do país nos demais setores, mas considerava necessário estimular a iniciativa individual para que, em paralelo à produção do café, novas culturas pudessem surgir. Para que isso acontecesse propunha atrair para o Brasil homens de competência prática, ou seja, pessoas já habilitadas e com experiências, para trabalharem. Daí a importância de o Estado proporcionar uma legislação que assegurasse estes contratos, favorecendo uma maior liberdade das fronteiras afim de que o comércio pudesse circular sem restrições. Ao tratar sobre a fiscalização aduaneira, Rui Barbosa a considerava atrasada, e acreditava que “[...] só o critério de uma aplicação da maior largueza, da maior liberalidade, o poderia conciliar com os direitos do comércio e as exigências da navegação num país adiantado” (BARBOSA, 1967, p. 86).

Rui Barbosa era um defensor de uma política que mantivesse um bom relacionamento internacional, dada a importância que isso poderia trazer ao desenvolvimento do país. Por isso, propunha-se a trabalhar como sempre o fizera, citando o título de “representante da América Latina”, recebido na conferência de Haia em 1907. Seu posicionamento nessa conferência tivera por objetivo, segundo ele, “[...] melhorar as condições, estatuídas na anterior, para a liquidação pacífica dos conflitos internacionais” (BARBOSA, 1967, p.100). Concluiu confiando à paz a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento do país. “A paz, entre nós tem por garantia o coração dos povos e os seus grandes interesses, o seu comércio, a sua prosperidade, a sua civilização” (BARBOSA, 1967, p.102). Dentro deste conjunto de propostas e idéias acerca da organização da nação brasileira fazia-se necessário discutir o povo brasileiro. Desta forma, Rui Barbosa apresentava suas propostas, analisando como um todo a sociedade, com objetivo claro a respeito da necessidade de organizar o povo brasileiro ante as propostas de desenvolvimento. Nesse processo, as questões sociais deveriam ser cuidadosamente analisadas.

2.4. As questões sociais

Na ânsia de organizar a sociedade, Rui Barbosa procurava primeiramente analisar como ela se apresentava para então propor mudanças. Assim, definiu a oligarquia, característica marcante da época:

À sombra da semi-soberania que as antigas províncias adquiriram com a federação atual, se implantou, em algumas delas, uma espécie de satrapismo irresponsável e onipotente, que as sangra, as exaure, as absorve, em proveito de um grupo, de uma família, ou de um homem. Os governos se revezam ali entre meia dúzia de individualidades lígias do mesmo senhor, ou filiadas na mesma parentela. As Constituições atravessam reformas sucessivas, para se adaptarem às conveniências da exploração organizada, cortando as asas às oposições, apertando a servidão às magistraturas, autorizando a reeleição dos governadores,

facilitando-lhes aos parentes ou apaniguados a sucessão administrativa (BARBOSA, 1967, p. 43-44).

É contra este tipo de governo que o candidato apresentou sua plataforma. Ao alertar a população quanto aos abusos que vinham acontecendo, responsabilizou este sistema de governo por explorar o povo sem conhecimento.

Diante deste panorama característico das oligarquias é que Rui Barbosa buscava a construção de uma democracia, defendendo o valor da União ao se pôr contra aqueles estados que manipulavam o poder. Fechou sua conclusão em relação às oligarquias dizendo “Cesse, em suma, a União de ser o guarda-costas das oligarquias locais, e estas, dentro em breve, expiarão naturalmente, asfixiadas na sua impopularidade” (BARBOSA, 1967, p. 45). Também a imigração, a liberdade religiosa e a instrução pública eram para Rui Barbosa questões importantíssimas que norteavam a sociedade. O povo brasileiro deveria ser conscientizado para perceber este todo e que, juntamente com a educação seria possível mudar a situação do país. Todas estas questões serão discutidas dentro do próximo capítulo, que tratará: da instrução pública.

3. A educação na plataforma política de 1910

Considera-se o século XIX como o século da educação, podendo-se destacar, neste período, a criação da escola pública, gratuita, obrigatória e laica tal qual hoje se conhece. Várias tendências teóricas influenciaram o pensamento educacional brasileiro e vários fatores históricos determinaram a necessidade de criação da escola pública. Rui Barbosa, compreendendo este movimento histórico, em 1883, discursava sobre a reforma do ensino primário e enfatizava a importância de organização do ensino público, defendendo a interferência do Estado na instrução nacional, à qual atribuía uma “missão civilizadora”.

Questões enfrentadas pela Europa repercutiam no Brasil e exigiam deste país transformações no sentido de adequar-se a estas novas exigências. Diante dessa necessidade, Rui Barbosa expôs em seus *pareceres sobre a educação*^{iv} o papel da educação em formar mentes que estivessem receptivas a estas inovações. Propunha à sociedade brasileira novos horizontes, ligados não apenas à produção exclusivamente agrícola, mas também à necessidade de incentivar a industrialização brasileira.

Rui Barbosa foi um político e intelectual envolvido nestas transformações e apresentou a educação como parte das transformações vividas pela sociedade. As propostas sobre a instrução pública contidas em sua campanha presidencial de 1910 já haviam sido apresentadas em seus pareceres de 1882 e 1883, e a elas fez referências em seu discurso. Rui Barbosa iniciou seu discurso intitulado “Plataforma”, tomado como objeto de análise neste trabalho, afirmando que suas idéias, amplamente desenvolvidas nos dois grandes pareceres parlamentares acima referidos, não poderiam ser ignoradas, por tratarem de problemas ainda não resolvidos.

Rui Barbosa foi apontado por Machado (1999) como um homem preocupado com a modernização do país, o qual se interessava pela criação de um sistema nacional de ensino que organizasse a educação pública desde o jardim de infância até a universidade. A autora fundamenta-se na tese de que, no final do século XIX, Rui Barbosa não apresentava a educação como um fator de desenvolvimento, mas que a educação, juntamente com outras reformas, como a eleitoral, a abolição da escravidão e os novos encaminhamentos a serem feitos na política econômica brasileira, poderia contribuir para a modernização do país. Para ele, a educação

poderia contribuir para a formação da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico do país e a formação do cidadão que iria exercer o direito de voto.

Rui Barbosa já se referia, em seu “parecer” de 1882, na “Reforma do Ensino Secundário e Superior”, à condição do país em ser essencialmente agrário, defendendo a necessidade de mudança em direção ao desenvolvimento de atividades industriais. Portanto, havia urgência em se organizar a educação, dada a necessidade de educar o povo para o trabalho. Em uma sociedade com características escravistas, o trabalho não era visto como algo digno, que promove o bem-estar social e pessoal, de forma que se tornava uma necessidade, primeiramente, educar a nação para o trabalho. Com esta crença, Rui Barbosa apresentou, em seu “parecer” de 1882, a necessidade de criar um futuro para o nosso país, delegando à indústria a idéia de desenvolvimento. Priorizou a indústria como elemento modernizador e apontou a instrução pública como uma necessidade para a sociedade, tendo em vista que era preciso criar uma mão-de-obra qualificada.

A preocupação com a formação do trabalhador nacional se devia à abolição da escravidão, acontecida em 1888^v, a qual o alertava também para outras reformas. Costa (1977) escreveu sobre o processo que culminou na abolição, aumentando a partir daí a intensificação do interesse pela imigração. Desta forma, mesmo antes de ser extinta a escravidão houve a promoção do imigrante no país, o qual pudesse substituir o escravo nas lavouras. A própria cultura escravista imposta forçou-os a não valorizar o trabalho, portanto, seria necessário construir outra imagem das atividades laborativas.

As reflexões em torno da educação no século XIX colocavam a instrução como um meio de ensinar o valor do trabalho. Os discursos anteriores à abolição propunham projetos que permitissem inserir o negro liberto e a população livre e pobre nas escolas. Entretanto, isto não ocorreu. Após a abolição, os discursos se perderam em face do novo rumo dado à economia. Recorreu-se à mão-de-obra do imigrante, propondo-se novos caminhos e debates. Demonstrou-se assim, segundo Schelbauer (1998), um interesse maior pela formação nacional como ideal para criar um espírito único e patriótico em nosso povo, bem como nos imigrantes. Ao se enfatizar a educação como meio de formação da cidadania, atribuiu-se a ela uma natureza política e a tarefa de construir uma unidade nacional. Através da educação buscava-se mobilizar o escravo liberto a trabalhar em nome do progresso da nação e incutir no imigrante, de forma lenta e gradual, o amor pela nação que escolhera para viver. Estas idéias se faziam necessárias para a organização do país.

Estas foram as questões que levaram Rui Barbosa, em 1883, a defender a interferência do Estado no sentido de organizar toda a instrução. Ele explicou na Plataforma dois conceitos totalmente errôneos difundidos quanto à função do Estado no que se refere à questão educacional. O primeiro conceito concebia que o Estado ensinava, porém para Rui Barbosa ele apenas remunerava, nomeava, animava, sustentava, mas não dirigia totalmente o ensino. Cabia às corporações, ou seja, aos profissionais competentes, a função de ensinar. Para ele, o Estado não ensinava, ele criava e mantinha o ensino.

É para este ideal de ciência que Rui Barbosa propõe a “[...] fundação de um verdadeiro sistema nacional de instrução pública, que de tal qualificação seja digno, entendendo-se como vasta gradação de raios luminosos, desde a vida popular até a universidade, cumpre não poupar abnegação, generosidade, heroísmo” (BARBOSA, s.d., p. 176).

A partir desta compreensão, Rui Barbosa chamou a atenção para seu conceito sobre a instrução pública apresentado em seus pareceres no final do século XIX. Esses pareceres traziam embutidos aspectos modernizadores e civilizadores, característicos de sua campanha feita em

1909 e 1910, que pretendia obter uma maior participação do povo na escolha do candidato à presidência.

Rui Barbosa mostrou ao seus ouvintes do teatro Politeama, que suas idéias revelavam suas posições elaboradas há muito tempo, desde o final do século XIX. Segundo ele, um povo instruído era diferente; assim não era possível comparar “[...] uma população inteligente e uma população estúpida” (MACAULAY, 1847, apud. BARBOSA, s.d, p.172). Desta forma, onde a população fosse privada da instrução o desenvolvimento da produção seria menor. Os outros países mostravam preocupação com o desenvolvimento do ensino, tido como uma medida que poderia contribuir para a construção da cidadania do país, considerando necessária a obrigação da escolaridade que fora instituída no Brasil desde 1854, com a Lei Couto Ferraz, entretanto não estava sendo cumprida.

Para Rui Barbosa, a função do Estado era importantíssima quanto à cobrança da aplicação da lei. Ao Estado caberia criar escolas gratuitas suficientes e obrigar os pais a matricularem seus filhos, pois a “[...] maioria da população era analfabeta e incapaz de perceber os benefícios” (MACHADO, 1999, p.123) que a escola poderia proporcionar à nação. Rui Barbosa tentava modificar em sua Campanha Civilista o quadro educacional existente. Procurava reunir autoridades, profissionais liberais, intelectuais e, principalmente, o povo, com quem queria dividir seus ideais, partilhar um sonho onde a democracia e o exercício da cidadania se concretizassem pela soberania de um povo no exercício do voto. Agora, em 1910, em plena campanha pelo cargo de presidente do Brasil, teve a oportunidade de novamente apontar a educação como elemento importante para a conscientização do povo.

Através de indivíduos conscientes era que o país poderia tomar novos rumos, em questões tanto sociais quanto políticas, no momento em que o povo lhe concedesse seu voto para administrar aquilo que era de todos. Por isso, Rui Barbosa iniciou seu discurso comentando que: “O ensino, como a justiça, como a administração prospera e vive muito mais realmente da verdade e moralidade, com que se pratica, do que das grandes inovações e belas reformas que se lhe consagram” (BARBOSA, 1967, p.53).

Daí a necessidade de um governo, segundo Rui Barbosa, que pensasse em reformar os costumes, modificar o modo de pensar de seu povo, instruí-lo, criar um povo que pense, vendo assim a educação como uma necessidade básica para o crescimento pessoal, contaminando toda uma nação. Rui Barbosa, em 1883, quando discursava pela reforma do Ensino Primário já propunha uma “[...] reforma radical do ensino público” (BARBOSA, s.d., p.170). Segundo ele, não deveria haver divisões partidárias quanto a esta necessidade urgente para o país – a instrução. Assim, conservadores e liberais deveriam juntos levantar esta bandeira da reforma e não ceder a uma rotina imposta, onde o ensino não existisse. Ele criticou aqueles que se colocavam como conservadores em relação à educação, apontando-os como os maiores interessados na ignorância nacional, dando as costas para o futuro. Ele criticou também aqueles que consideravam um gasto excessivo os investimentos na instrução.

Entendia, também, que o sistema oligárquico predominante no Brasil também contribuía para o atraso dessas populações, aparentemente mortas, inanimadas, imóveis como cadáveres, as quais estavam cobertas de “sanguessugas” que exploravam o povo inconsciente dos seus deveres e direitos. A sua campanha oposicionista, segundo o autor, fazia-se necessária para a construção de uma democracia, para que aos poucos fosse renascendo o espírito democrático e denunciada a ação dos exploradores. Contra esta ação exploradora e corrupta do governo, era fundamental um povo consciente, para que começasse a mudar a história do Brasil escrita e vivida até aquele momento. Para ele, o governo teria de servir de exemplo para a nação, tendo como ponto

principal a justiça. Uma justiça de igualdade, não corrompida pelos tribunais, que agiam no intuito de proteger as ações contrárias à cidadania e à democracia. O autor se propunha a mudar nossa história difundida havia mais de dois séculos e meio, quando os portugueses nos diziam que tínhamos a “Arte de Furtar”. A consciência do poder público era o caminho necessário para iniciar a mudança deste quadro, que o autor se propunha a fazer através de sua campanha e de seu futuro governo, caso fosse eleito presidente do país.

Entre as questões apontadas por Rui Barbosa uma preocupação aparece nos debates teóricos daquela época de forma intensa: a formação da cidadania via unidade nacional. A idéia de que a escola era a instituição responsável pela formação da cidadania foi difundida desde o fim do governo monárquico e encontrava na República cada vez mais adeptos. A preocupação em criar no povo brasileiro uma alma nacional estava presente e cresciam os discursos favoráveis a ela, daí a necessidade da criação de um sistema nacional de educação, difundido por Rui Barbosa. Ele acreditava e achava necessário promover incentivos à imigração. Contudo, não apostava em uma colonização oficial, numa imigração subsidiada ou em uma aliciação oficial de imigrantes baseada numa propaganda de incentivo. Para ele, a forma como o Brasil vinha agindo em relação ao imigrante, muitas vezes restringindo sua entrada, só atrapalhava o desenvolvimento do país, causando ao mundo uma má repercussão. Seria necessário que o Brasil melhorasse sua legislação e revisse a moralidade dos órgãos públicos para que atraísse imigrantes de forma espontânea, trazendo assim melhores resultados. Deveriam ser acolhidos com dignidade e respeito, oferecendo-se uma legislação que regulamentasse e assegurasse seus direitos. Daí a importância, para Rui Barbosa, de criar uma condição que favorecesse a chegada e a permanência do imigrante no país.

Rui Barbosa alertou a respeito da falta de credibilidade do nosso país no mercado mundial. Citou como exemplo os escritos de um viajante inglês, o Sr. Percy Martin (s.d.), que registrou: “No Brasil se vende e paga a justiça como qualquer artigo de mercado” (apud BARBOSA, 1967, p.81). Rui Barbosa não concordou plenamente com essa afirmação; marcou que existiam exceções na magistratura, não constituindo, portanto, aquela afirmação, uma regra geral. Mas admitiu que tal afirmação e opinião eram visíveis entre os estrangeiros. Lembrou que casos de impunidade estavam presentes tanto no Império quanto na República e apontou como solução a responsabilidade judicial, através de uma política que contivesse a impunidade e se somasse à participação e conscientização de um povo que exigia mudanças.

Machado (1999) apresenta o ideário de homem desse autor. Para ele o homem é cosmopolita, ou seja, vive num mundo em que se rompe as fronteiras nacionais, no qual o capital, os homens e as idéias circulavam. Seu discurso colocava em evidência o povo brasileiro, o imigrante, o cidadão consciente e responsável pelas mudanças em toda a sociedade, desde a produção de bens até a indicação de seu representante no governo.

Questões como essa procuravam garantir a unidade nacional e foram bastante discutidas na época, levando à procura de um conceito de cidadão. Rui Barbosa, conhecedor das dificuldades que marcavam a implantação do projeto da instrução pública, não se esqueceu da contribuição que poderia ser dada pelo professor. Para tanto, mostrou-se bastante criterioso quanto à seleção dos professores, confiando a eles a competência e consciência na função exercida. Em sua plataforma de governo de 1910, Rui Barbosa fez uma denúncia quanto à seleção de professores, que eram contratados através de concursos forjados ou arrumados. Segundo ele, tais professores só serviam para deprimir o nível do magistério, frisando que “[...] as qualidades superficiais tendem a eclipsar a seriedade na ciência e no merecimento” (BARBOSA, 1967, p.54). Nos pareceres sobre o Ensino Primário já dizia: “[...] o Estado não

ensina, cria e mantém o ensino” (BARBOSA, s.d., p.174). Rui Barbosa, ao relatar suas propostas quanto à instrução pública, não pretendia discutir opiniões, apenas indicá-las, e por isso as enumera, propondo:

- 1) Melhorar o ensino secundário nos estabelecimentos federais;
- 2) reformular o ensino jurídico, dando mais atenção a sua prática e a um espírito mais científico;
- 3) aulas práticas nas escolas de medicina, desenvolvendo mais gabinetes e laboratórios;
- 4) obrigação ainda maior quanto à frequência escolar;
- 5) criação de uma universidade no Rio de Janeiro como as da Alemanha.

É presente nos textos desse autor a referência e análise de diversos modelos. Assim, países que ele admirava eram citados por diversas vezes, como, por exemplo, os Estados Unidos e a Alemanha. Rui Barbosa considerava essas observações necessárias, visto que não estimulava a copiar, mas sim, alertava para a necessidade de observar e incorporar aquilo que fosse bom para o povo brasileiro e descartar o que não interessasse ao país e a nossa realidade.

Considerações finais

O ideário de cidadão proposto por Rui Barbosa não se restringia à educação ou a instrução, sua compreensão era mais ampla. Ele nos mostrou em sua plataforma de governo que o homem deveria ser formado em todas as instâncias que envolvessem conceitos de justiça, a prática da lei, a liberdade e, por complemento, a educação, na formação para a cidadania. Percebe-se que a educação, para Rui Barbosa, fazia parte de um processo de transformação no qual o país estava inserido. Atos como a proclamação da República, a imigração, a formação profissional do nosso povo, o início da industrialização e a formação da alma nacional faziam parte de todo esse conjunto. Esse olhar de Rui Barbosa sobre todas as questões postas na sociedade brasileira permitiu a Machado (1999) considerar que os pareceres sobre a educação, de Rui Barbosa, no final do século XIX, eram propostas avançadas para a época. Entretanto, muitas dela ainda continuavam na pauta do dia, de forma que em plena campanha presidencial, no início do século XX, fazia-se necessário discuti-las ainda, destacando-se a questão da formação do cidadão.

Na sociedade de então, o homem era visto como um cidadão que podia opinar sobre as coisas públicas, através do exercício do voto. Dentro da ordem burguesa, a massa votante deveria votar sem perturbar a ordem social. É por isso que Rui Barbosa, no início do seu discurso, ressaltou que não era porta-voz de um orador revolucionário, mas sua proposta defendia a organização da ordem vigente. Por isso afirmou: “É um parlamento, ou um tribunal que entra a funcionar, paciente, sereno, reflexivo, com o ouvido indulgente e atenção resignada, o ânimo eqüitativo, o juízo moderado pelo sentimento da sua responsabilidade” (BARBOSA, 1967, p.12). Foi com essa consciência política que Rui Barbosa apresentou sua plataforma apostando na educação como um dos meios necessários para melhorar a vida do cidadão. Ao analisar a História da República no Brasil, percebe-se que o projeto de modernização da sociedade não inclui a democratização como um todo. Por isso é que Rui Barbosa acredita nesta democratização e na consciência do cidadão, opondo-se à prática existente de voto aberto, da política de cabresto, da fraude eleitoral e do coronelismo. Assim, devido ao enfrentamento desses problemas, apostou na

educação da consciência do cidadão, pois no momento em que tomasse consciência de seu papel e de sua importância, esse cidadão tomaria outras atitudes em face de sua participação no governo do país.

A educação proposta por Rui Barbosa em sua plataforma de governo vai além de uma instrução que ensine a ler e escrever: passa também por uma transformação no “agir” da sociedade, desde o exemplo dos parlamentares e dos juristas em seu posto, ministrando a justiça e o respeito à lei e ao povo, até o povo reconhecer e exigir uma nova postura dos parlamentares e suas funções públicas. É dentro deste contexto que Rui Barbosa apresenta sua proposta de cidadania, contextualizando-a num sistema que envolvia a política e questões econômicas, portanto afetava a vida social. Segundo o autor, o estado contínuo de opressão ao povo, de miséria e corrupção instituída levava a um sistema que forçava os governos a estaduais afundar-se em dívidas e hipotecas. Por isso se punha favorável às oposições, que aos poucos estavam renascendo e denunciando a ação exploratória, considerando esta posição um elemento indispensável para a realização da verdadeira democracia.

Desta forma, Rui Barbosa apresentou suas propostas quanto à instrução pública no país analisando-a como um todo. Considerando que a educação do povo era algo que se construía em conjunto com a sociedade, comprometeu-se em realizá-la, caso houvesse apoio do Congresso Nacional e se as questões financeiras o permitissem. Finalizou sua apresentação sobre a instrução dizendo que a “[...] instrução do povo ao mesmo tempo que civiliza também o melhora” (BARBOSA, 1967, p.56). Ele não se elegeu e não pôde cumprir este compromisso de campanha. Não é possível saber se com sua vitória teria sido outro o encaminhamento dessa questão. No Brasil a questão da educação pública ficará sem resolução até meados do século XX.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Rui. Excursão Eleitoral. Obras completas. Vol. XXXVII, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério de cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1967.
- _____. Discurso no Colégio Anchieta. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.
- _____. O pensamento vivo de Rui Barbosa. São Paulo: Ed. Martins, Biblioteca do pensamento vivo, S.D.
- COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República. Momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. Introdução ao estudo da emancipação política. In: Mota, Carlos Guilherme. (org). Brasil em perspectiva. 20ª ed.. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.
- D’ AMARAL, Márcio Tavares. Rui Barbosa. Supervisionado por Américo Jacobina Lacombe. Rio de Janeiro: Coleção “A vida dos grandes brasileiros – I” Editora Três Ltda, 2001.
- LACOMBE, Américo Jacobina. À sombra de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1984.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. O projeto de Rui Barbosa. O papel da educação na modernidade da sociedade. Campinas, 1999. Tese de Doutorado em Filosofia e História da Educação.
- MANGABEIRA, João. O Estadista da República. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.
- SCHELBAUER, Analete Regina. Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 à 1914. Maringá: Ed. Universidade Estadual de Maringá, 1998.

ⁱ Apresentado no IV Congresso do HISTEDBR, na Universidade Estadual de Maringá, em julho de 2004 e publicado nos Anais do Evento.

ⁱⁱ Este movimento tinha por característica ser uma revolta militar apoiada pelas camadas médias e ricas da população, que tinham a intenção de organizar seu próprio governo, proclamando sua independência até D. Pedro II assumir seu trono.

ⁱⁱⁱ Seu pai, João Barbosa, em 1844 tinha sido deputado provincial pelo Partido Liberal, mas em 1848 foi indicado um ministro conservador, e assim ele perdeu o seu cargo. Isso era comum naquela época, em que se os partidos se revezavam no poder, ora os liberais, ora os conservadores. Tal situação perdurou até que, em 1853, sob o gabinete do Marquês do Paraná, Hermeto Carneiro Leão, estabeleceu-se, a conciliação partidária num ministério formado por liberais e conservadores. Diante disto João Barbosa reassumiu o cargo de deputado provincial

^{iv} Os pareceres sobre a Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior originaram-se da análise do Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império. O primeiro parecer sobre a reforma do Ensino Secundário e Superior recebeu a data de 13 de abril de 1882; e o parecer sobre a reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública recebeu a data de 12 de setembro de 1882, mas só apareceu nos anais do Parlamento em 1883 (Machado, 1999, p. 2).

^v Por volta dos anos de 1880 as discussões sobre a abolição estavam na fase final. O Parlamento foi aprovando uma legislação gradualista. Em 1871 as crianças nascidas de mães escravas foram declaradas livres. Em 1885 os escravos com idade superior a sessenta e cinco anos foram libertos. O movimento abolicionista foi tomando grandes proporções. A escravidão tornou-se uma instituição desmoralizada. Em maio de 1888 eles votaram a lei que aboliu a escravidão no Brasil. (Costa, 1977, p. 225-226)